

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO: TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE¹

Roberto Gomes CAMACHO²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é examinar a hipótese de que a seleção entre as diferentes estratégias de relativização disponíveis na gramática do português é motivada por um grau maior ou menor de transparência entre forma e conteúdo, o que implica, correlativamente, grau maior ou menor de facilidade no processamento cognitivo. Além disso, o grau maior ou menor de transparência permite postular uma ordenação das estratégias correspondente a uma escala hierárquica em termos de maior ou menor grau de facilidade de processamento cognitivo.

PALAVRAS-CHAVE: Construção relativa. Transparência. Iconicidade. Opacidade. Economia.

Introdução

De um ponto de vista tipológico, Keenan (1985) e Comrie (1989) reconhecem quatro estratégias usadas para codificar a modificação complexa realizada pela relativa, conforme o tipo de relação de correferência entre o núcleo e a variável relativizada: (i) a de lacuna; (ii) a de retenção pronominal; (iii) a de pronome relativo e (iv) a de não redução. O português dispõe da estratégia de lacuna (1a-b), de pronome relativo como formas padrão (1c) e duas alternativas não padrão, a copiadora (1d) e a cortadora (1e), que podem ser identificadas como variantes da estratégia de retenção pronominal.

¹ Este trabalho, que foi apresentado na mesa-redonda *A interface gramática e cognição nas relações entre forma e função* como parte do programa do 60º Seminário do GEL, realizado na USP, em julho de 2012, é o resultado do projeto *O papel das estratégias de relativização no processamento discursivo*, que desenvolvi como Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq- proc. 301386/2008-0) e como bolsista Sênior de Estágio no Exterior (CAPES – proc. BEX 5787-10-6).

² Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. camacho@ibilce.unesp.br

- (1) a fiquei ali durante... a assistir àquele espectáculo de água [**que** caía] (Moç86:Chuva)
 b muitas coisas [**que** eu fiz], talvez não fizesse. (To-Pr96:SerProfessor)
 c esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**com quem** eu vivesse] (Ang97:O Jovem Gaspar).
 d esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**que** eu vivesse **com ela**].
 e esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**que** eu vivesse **O**].

Segundo Comrie (1989), o tipo de lacuna é o menos explícito por não fornecer nenhuma indicação do papel do núcleo dentro da oração relativa. O português admite o tipo lacunar apenas nas posições de sujeito e de objeto.

A estratégia de não redução, que não tem interesse direto aqui por ser inexistente no português, define-se pela retomada da expressão completa do núcleo nominal no interior da oração relativa. Já a estratégia de pronome relativo, que se vê em (1c), é empregada quando formas especiais, os pronomes relativos, são usadas para representar o papel do núcleo nominal na oração relativa. Em geral, os relativos tornam visíveis as funções sintáticas e semânticas da oração relativa.

Em comparação com a estratégia de pronome relativo, a estratégia copiadora é mais eficaz nas línguas que a contêm, em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas da Hierarquia de Acessibilidade (doravante HA) de Keenan e Comrie (1977) contida na Figura 1.

**SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO >
OBJETO DE COMPARAÇÃO**

Figura 1. Hierarquia de Acessibilidade (KEENAN; COMRIE, 1977, p. 68)

Essa hierarquia foi originalmente proposta para apreender a distribuição tipológica das possibilidades sintáticas de relativização. Da esquerda para a direita da HA, a relativização se torna mais restrita e mais rara tipologicamente.

Além das duas construções padrão, a de lacuna e a de pronome relativo, e as duas não padrão de retenção pronominal [copiadora e a cortadora], o

português dispõe ainda, nas posições relativizadas de OBL, que são regidas por preposições lexicais (PEZATTI et al., 2010), a chamada relativa de encahlamento de preposição (*preposition stranding*).³

Segundo Pezatti et al. (2010) algumas adposições simples, como *contra, sem, sobre, sob* etc. e sintagmas adposicionais, como *dentro de*, constituem predicados monovalentes, enquanto outras, como *de, em, com* etc., funcionam como marcadores de funções semânticas. Aquelas constituem palavras lexicais, que são inseridas no Nível Representacional, e estas, palavras gramaticais, que sinalizam, no Nível Morfossintático, as funções semânticas argumentais e não argumentais do Nível Representacional, conforme a organização em níveis e camadas da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Exemplos de estratégias alternantes são fornecidos em (2a-d); o exemplo contido em (2d) leva um sinal de interrogação por constituir um enunciado possível, mas não com o mesmo valor semântico dos contidos em (2a-c).

- (2) a A reunião [**sobre a qual** conversamos] fica adiada até o próximo mês.
b A reunião [**que** conversamos **sobre ela**] fica adiada até o próximo mês.
c A reunião [**que** conversamos **sobre**] fica adiada até o próximo mês.
d (?) A reunião [**que** conversamos] fica adiada até o próximo mês.

Um constituinte argumental, como o complemento oblíquo de (3), que, por definição, é regido por uma preposição gramatical, impede a estratégia formal de encahlamento, que fica restrita a outros constituintes igualmente oblíquos, mas que são regidos por preposições lexicais, como os de (2) acima.

- (3) a esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**com quem** eu vivesse] (Ang97:O Jovem Gaspar).
b (*) esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**que** eu vivesse **com Ø**]

³ Por “encahlamento de preposição” (*preposition stranding*), entende-se um fenômeno sintático, assim batizado por Ross (1967), extremamente investigado na gramática gerativa, segundo o qual uma preposição regente ocorre em outra posição que não seja adjacente ao núcleo regido. Esse processo, extremamente raro em línguas românicas, é muito comum em línguas da família germânica, como o inglês.

Comrie (1989) postula que, se uma língua dispuser de uma estratégia mais explícita e de uma estratégia menos explícita para a formação de relativas, a mais explícita é que será empregada para relativizar as posições mais baixas, e a menos explícita para relativizar as posições mais altas. Essa generalização tem fundamento funcional, já que a relação entre o grau de dificuldade de relativizar uma posição e a necessidade correlativa de fornecer mais informação sobre a posição relativizada serve justamente para facilitar a retomada dessa informação (COMRIE, 1989, p. 163).

Tendo esse fenômeno como objeto de estudo e essas premissas como possíveis hipóteses explicativas, este trabalho pretende examinar se a seleção entre essas diferentes estratégias no português seria motivada por um grau maior ou menor de transparência entre forma e função, e se o grau maior de transparência facilitaria o processamento cognitivo. Assenta-se justamente na gradação de transparência a possibilidade de postular uma ordenação das estratégias correspondente a uma escala correlativa de gradação na facilidade de processamento.

Os exemplos rotulados foram recolhidos da amostra do Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (2009). Os materiais estão publicados em CD-ROM, com o apoio editorial exclusivo do Instituto Camões, sob o título *Português Falado – Documentos Autênticos: Gravações áudio com transcrição alinhada*, e se acham disponíveis num *site* da internet (2009).⁴ Apesar dessa base de dados, a condução deste trabalho se baseia exclusivamente num método interpretativista de base qualitativa.⁵

Este trabalho se organiza da seguinte maneira: a segunda seção fornece o suporte teórico com base na relação entre processamento cognitivo das construções relativas e a relação de transparência entre forma e função; a terceira seção aplica esse suporte, discutindo como as estratégias de relativização aparecem morfossintaticamente codificadas com base em suas motivações semânticas e pragmáticas; a quarta seção conclui o texto com algumas generalizações derivadas dessa discussão prévia.

⁴ <http://www.clul.ul.pt/sectores/linguisticadecorpus/projectoportuguesfalado.php>.

⁵ Este trabalho faz parte também do projeto *Construções subordinadas nas variedades lusófonas*: uma abordagem discursivo-funcional, que investiga as relações completivas, relativas e adverbiais e é desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional da UNESP de São José do Rio Preto, coordenado por Erotilde Goretí Pezatti.

Facilidade de processamento e transparência forma e conteúdo

O alto custo cognitivo da alternante padrão ou de pronome relativo, ilustrada em (2a) e (3a), conhecida na literatura gerativa como *pied-piping*⁶, parece determinar a quase exclusão de seu uso no registro informal, interpretação que credito a Kenedy (2007). Dentro do arcabouço gerativo, esse autor defende a hipótese de que, apesar do grande esforço descritivo que a linguística do português tem despendido na análise dessa estrutura, o fenômeno *pied-piping* em relativas não pode existir naturalmente na gramática de nenhuma variedade do português, e, possivelmente, na opinião do autor, de nenhuma outra língua humana. Por essa razão Kenedy (2007) nomeia sua hipótese “Antinaturalidade de *pied-piping* em orações relativas (APP)”.

De acordo com essa hipótese, o domínio de relativas *pied-piping* depende de um aprendizado artificial, mediado pelo contato com a língua escrita formal, e não de um processo de aquisição naturalmente desenvolvido.

É sem dúvida instigante a hipótese de antinaturalidade, mas meu objetivo aqui é fornecer uma hipótese alternativa, de natureza funcional, que se relaciona também com uma característica universal da linguagem, a relação de tensão entre transparência e opacidade de forma e conteúdo. Essas propriedades em oposição têm o vetor apontado para outra direção, já que assentam suas bases em relações de alinhamento entre categorias morfossintáticas, por um lado, e categorias pragmáticas e semânticas, por outro (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A sensibilidade da morfossintaxe às motivações pragmáticas e semânticas não implica a existência de projeções biunívocas entre as categorias dos níveis de análise envolvidos com a codificação e as categorias dos níveis envolvidos com a formulação, justamente porque as línguas diferem consideravelmente, de uma perspectiva tipológica, no modo como codificam os mesmos traços pragmáticos e semânticos. Por essa razão, em função de seu caráter simbólico, a linguagem humana é capaz de tolerar um grau muito elevado de arbitrariedade; entretanto, há também uma quantidade considerável de fenômenos que mostram certa homologia entre forma e conteúdo, um

⁶ Na análise gerativa, a palavra-Q se move para o início da sentença, levando consigo seu complemento, exatamente como o flautista de Hamelin seduz, com sua música, ratos e crianças, que passam a segui-lo; é em razão disso que se usa a expressão metafórica “*pied-piping*”, tal como foi cunhada por Ross (1967), quando ainda imperava o modelo transformacional na sintaxe gerativa.

dos quais é a iconicidade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), pode-se perceber a atuação do Princípio de Iconicidade no modo como a ordem de codificação morfossintática reflete a ordem das categorias das dimensões interpessoal e representacional.

Há uma relação competitiva entre transparência e opacidade, que se acha ligada ao Princípio de Economia, em contraposição ao de Iconicidade (GIVÓN, 1980; 1990; HAIMAN, 1985), duas motivações funcionais em competição (DU BOIS, 1985) extremamente reconhecidas pela pesquisa tipológica. A iconicidade é a tendência para a relação de conformidade entre a estrutura linguística e a estrutura da experiência conceitual, traduzida por Haiman (1985, p. 11) como motivação icônica.

A transparência se aplica ao alinhamento entre os níveis pragmático e semântico, por um lado, e entre esses dois níveis e os dois níveis formais, por outro, isto é, o morfossintático e o fonológico. Desse modo, é possível distinguir um conjunto diversificado de fenômenos que, ao violar a transparência, torna mais opaca a relação entre forma e conteúdo, ativando, por consequência, a ausência de paralelismo entre os diferentes níveis da gramática.

Leufkens (no prelo) aponta três possibilidades de violação da transparência: redundância, desintegração de domínio e categorias formalmente motivadas. A redundância compreende relações entre uma unidade de conteúdo e duas ou mais unidades formais. Uma das unidades formais é redundante porque poderia ser deixada de lado sem perda de significado. É o que ocorre, por exemplo, com os casos de concordância nominal e verbal.

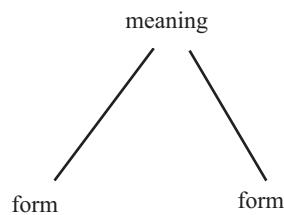


Figura 2. Redundância (LEUFKENS, no prelo)

Ocorre desintegração de domínio quando se viola a estrutura interna das unidades formais. Uma situação a que esse processo se aplica é a de fusão de unidades formais, como morfemas amalgamados, por exemplo, e a consequente convergência de duas ou mais unidades de conteúdo em uma única unidade formal.

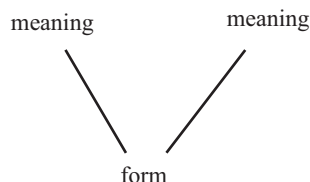


Figura 3. Desintegração de domínio (LEUFKENS, no prelo)

Outro fenômeno típico de desintegração de domínio – a descontinuidade – ocorre quando se divide uma unidade formal, como a estrutura de um SN em (4a), de que resulta novamente a ausência de paralelismo entre as categorias pragmáticas e semânticas e as categorias morfossintáticas.

- (4) a The guy [has arrived] who's going to fix my lock. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 285)
b (*) O cara chegou [que vai consertar minha fechadura.]
c Chegou o cara [que vai consertar minha fechadura.]

A descontinuidade formal da construção de (4a) viola claramente o Princípio de Integridade de Domínio e, portanto, as relações de transparência. Esse princípio se refere a uma preferência para que as unidades do mesmo estatuto funcional no Nível Interpessoal e no Nível Representacional sejam também justapostas no Nível Morfossintático. As unidades *The guy* and *who's going to fix my lock* designam, semanticamente, o mesmo indivíduo, mas a codificação morfossintática separa o sintagma nominal e a oração relativa intercalando entre eles o sintagma verbal da oração matriz.

O resultado é claramente um fenômeno de descontinuidade (HENGEVELD, 2011, p. 13), que o português não admite, já que a sentença mais próxima de (4a) com o mesmo significado é agramatical, enquanto (4c) diverge de (4a) por consistir numa declaração tética, desprovida de Tópico: toda a informação nela contida é nova, diferentemente de declarações categóricas, que dispõem de um Tópico e de um Foco (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 89).

O terceiro tipo de violação de transparência – categorias formalmente motivadas – inclui todas as formas e relações formais que são completamente destituídas de motivação pragmática ou semântica.



Figura 4. Categoria formalmente motivada (LEUFKENS, no prelo)

Elementos expletivos, como, por exemplo, a forma *there* do inglês em *There comes the sun*, são unidades puramente formais sem motivação pragmática ou semântica, uma vez que nada significam e a nada se referem; consistem em formas não funcionais ou morfossintaticamente autônomas.

Se considerarmos a tensão entre esses dois polos, a existência de um grau máximo de transparência numa gramática chega a ser uma vantagem de um ponto de vista cognitivo, já que projeções biunívocas de forma e conteúdo (e, portanto, transparentes) são mais fáceis de adquirir do que projeções opacas.

Leufkens (no prelo) lembra a aquisição tardia de gênero gramatical em holandês. Em razão de opacidade entre forma e conteúdo, a categoria gramatical de gênero é apenas completamente dominada pelas crianças por volta dos 8 anos (BLOM et al., 2008 apud LEUFKENS, no prelo). Evidências desse tipo indicam que relações de transparência constituiriam o ponto de partida da aquisição, e as relações de opacidade seriam adquiridas mais tardiamente.

Um estudo sobre a aquisição de relativas, desenvolvido no Brasil, por Perroni (2001), mostra que as posições relativizadas por crianças entre os 2;0 e os 5;0 de idade são as mais altas na HA (KEENAN; COMRIE, 1977): as de sujeito e objeto, justamente as mais frequentes e também as que não envolvem nenhuma preposição. Nos dois casos registrados de relativas com posição preposicionada, a estratégia empregada é a copiadora, em que, também para a autora, a presença do pronome-lembrante indica mitigação de esforço de processamento (PERRONI, 2001).

Motivações semânticas e pragmáticas e a decodificação morfossintática das estratégias de relativização

Feita essa digressão, voltemos aos casos de (2), aqui repetidos como (5) e especialmente a sentença contida em (5a), para tentar responder à questão do que acontece com a produção de uma oração relativa padrão como esta.

(5) a A reunião [**sobre a qual** conversamos] fica adiada até o próximo mês.

- b A reunião [**que** conversamos **sobre ela**] fica adiada até o próximo mês.
- c A reunião [**que** conversamos **sobre**] fica adiada até o próximo mês.
- d (?) A reunião [**que** conversamos] fica adiada até o próximo mês.

Do ponto de vista das relações de transparência, a relativa contida em (5a) implica um alinhamento interpessoal ou pragmático, já que, em sentenças simples, a posição inicial (P¹), onde se insere na relativa o adjunto de Assunto em (5a), é especificamente reservada para as funções pragmáticas de Tópico, Foco e Contraste.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a função Foco sinaliza a seleção estratégica de informação nova, feita pelo falante, para preencher uma lacuna informativa do interlocutor ou para corrigir uma informação de que o interlocutor já disponha. Outra dimensão da organização de informação é a função Tópico. Essa função não é considerada complementar à de Foco, mas é mesmo parte dessa dimensão, já que uma mesma unidade pode ser simultaneamente focal e tópica. Atribui-se a função Tópico a um Subato que tem a função especial dentro do Ato Discursivo de sinalizar o modo como o Conteúdo Comunicado se relaciona à memória referencial gradualmente construída no Componente Contextual. Finalmente, a função Contraste sinaliza o desejo do Falante de tornar visíveis as diferenças particulares entre dois ou mais Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e a informação contextualmente disponível.

Feito esse breve parêntese, pode-se afirmar que a razão para inserir um constituinte preposicional na posição P¹ da relativa padrão tem o mesmo alinhamento pragmático, já que a relativa dá continuidade ao tópico da principal – *a reunião* – que é retomado sob a forma de SP com pronome relativo em vez de um núcleo nominal na subordinada *sobre a qual conversamos*.⁷

Apesar dessa função tópica, a estratégia utilizada não é uma imposição funcional, justamente porque o português dispõe de uma posição preferencial, mas não necessariamente obrigatória, de Tópico em P¹; nesse aspecto, o português difere de línguas de proeminência de tópico, como o Mandarim. Tanto é verdade que a estratégia copiadora de (5b) mantém a mesma relação

⁷ O Tópico se correlaciona fortemente com informação dada e com a noção de identificabilidade para o Ouvinte, entendida como definitude (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 94). Esses dois traços aplicam-se a *reunião* em (2a).

de continuidade temática, mesmo com a inserção da segunda instância do tópico na posição pós-verbal.

A sintaxe das interrogativas também sugere o uso da posição P^I, como se vê em (5e).

(5) e **Sobre quem** vocês estão conversando?

Todavia, ao contrário da relativa padrão, o esforço cognitivo de formulação e de decodificação morfossintática subsequente, tem um valor pragmático obrigatório, que é realçar um constituinte, fortemente correlacionado à informação nova.

A posição P^I, nesse caso, é usada para foco marcado, já que a informação nova do tipo não marcado tem posição preferencial na região pós-verbal de uma predicação em português. Embora represente uma descontinuidade, que viola, portanto, o Princípio de Integridade de Domínio, uma oração interrogativa viola esse princípio em função de outra estratégia funcional, a atribuição de Foco, portanto, nesse caso, a posição inicial na codificação morfossintática apenas se alinha a uma necessidade pragmática, como se fosse um reflexo dela.

Conforme mencionado acima, as posições relativizadas com preposições lexicais não admitem a estratégia cortadora; consideremos, por isso, as estratégias de relativização da posição de oblíquo, contidas em (6a-c).

- (6) a [ela escolhia [**a roupa** [**d(e/a) qu(e/al)** eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- b [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava **dela**] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava **Ø**] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes).

Observe que, como mostra (7) abaixo, a copiadora de (6b) maximiza o princípio de transparência entre forma e conteúdo, já que o oblíquo ocupa a posição pós-verbal, que não provoca desintegração de domínio, no caso o

verbo e seu argumento, o que implica alinhamento entre o Nível Interpessoal, ou pragmático, e o Nível Morfossintático:

- (7) que eu gostava dela.
que-complementador eu gostava dela
marcador de relativização P^I Tópico P^M P^{M+1}

Já a construção padrão de (6a), a única introduzida por pronome relativo propriamente dito, insere o núcleo retomado pelo oblíquo na posição P^I, pragmaticamente motivada por razões de topicidade, mas com o pesado fardo cognitivo de violar o Princípio de Integridade de Domínio, tornando opaca a relação forma e conteúdo.

Recorde-se que Princípio de Integridade de Domínio assegura que as categorias semânticas núcleo e modificador da relativa devem ser morfossintaticamente contíguas. Para respeitá-lo, a relação representacional entre núcleos e modificadores deve ser morfossintaticamente codificada de tal modo que o modificador apareça adjacente ao núcleo e que o argumento apareça adjacente ao predicado.

Conforme demonstrado em (8), a posição P^I se desdobra em função da possibilidade de existir duplicidade de tópicos na mesma oração.

- (8) A roupa da qual eu gostava.
da qual eu gostava
P^I Tópico¹ P^{I+1} Tópico² P^M

Parece, então, que o uso da alternante padrão tem uma finalidade praticamente estrutural,⁸ o que significa despendido excessivo esforço cognitivo em sua formulação, já que os interlocutores podem ativar a mesma função tópica com uma codificação morfossintática com menor esforço de produção e de processamento.

Uma copiadora registra menor custo de processamento por questões de transparência entre forma e conteúdo. Cada elemento referencial aparece em sua posição canônica, no esquema S-V-O/OB/OI preferencial do portu-

⁸ Digo “praticamente estrutural” porque, em relativas, a posição P^I também é reservada para uma função pragmática, a de Tópico. Mas a relação de topicidade se dá por relação anafórica com o antecedente, que já é Tópico ou Foco em restritivas convencionais.

guês, de acordo com o Princípio de Integridade de Domínio, o que implica alinhamento entre funções pragmáticas e semânticas, por um lado, e codificação morfossintática, por outro. Essa relação não se aplica do mesmo modo à construção padrão, que, por violar esse princípio, em função da estrutura O/OB/OI-S-V, dispõe de um elevado grau de opacidade, ao contrário da estratégia copiadora.

Nesse caso, a seleção da estratégia copiadora em detrimento da estratégia de pronome relativo é de fato funcionalmente mais eficaz em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas, incluindo, em (9a), a de objeto de comparação, a mais baixa na hierarquia de acessibilidade de Keenan e Comrie (1977), posição não licenciada para a estratégia de pronome relativo ou padrão (9b).

- (9) a O homem [que ninguém no bairro é maior do que ele] não conseguiu entrar no time de basquete. (adaptado de DIK, 1997, p. 366).
 b * o homem [mais alto do que quem ninguém no bairro era] não conseguiu entrar no time de basquete

Outro ponto de resistência está na diluição da ambiguidade da relativa padrão, em certas configurações sintáticas em que ela aparece encaixada, conforme mencionada por Lemle (1978). A forma sentencial ambígua de (10a) é a alternativa padrão, que dispõe de duas interpretações possíveis, representadas por (10b) e (10c), cujas relações argumentais, absolutamente transparentes na formulação copiadora de (10b') e (10c') passam a corresponder exatamente às duas interpretações contidas em (10b) e (10c).

- (10) a Estou procurando a toalha que ele disse que secou.
 b Estou procurando uma toalha. Ele disse que ele secou essa toalha.
 c Estou procurando uma toalha. Ele disse que essa toalha secou.
 b' Estou procurando a toalha que ele disse que secou **ela**.
 c' Estou procurando a toalha que ele disse que **ela** secou. (LEMLE, 1978, p. 84)

A razão da diluição da ambiguidade e, em consequência, da possibilidade de extensão das relativas à função de objeto de comparação, assenta-se na explicitação, permitida somente na estratégia copiadora, de todas as posições sintáticas com base na ordem canônica SVO dos constituintes.

Essas evidências qualitativas confirmam a suposição de Tarallo (1983) de que os pronomes-lembrete tendem a ocorrer quando o falante perde a trilha do processamento sintático. A retenção pronominal tem a função de restaurar a sintaxe normal da relativa (TARALLO, 1983, p. 101-102).

No entanto, diacronicamente, a variante cortadora passou a prevalecer, em termos de frequência, sobre a copiadora em função do caráter estigmatizado da retenção pronominal. A partir do século XIX, cresce o uso de retenção pronominal na posição de sujeito, uso esse praticamente condenado pelas prescrições gramaticais anteriores; já o de pronome na posição de objeto, cujo apagamento era praticamente condenado nos séculos anteriores, começa a decrescer vigorosamente. É por isso que Tarallo vincula o nascimento da estratégia cortadora ao desaparecimento dos clíticos em orações simples, como uma mudança encaixada no sistema: considerando só posições preposicionadas, cai a frequência da copiadora de 9,9% em 1725 para 5,1% em 1880, e aumenta significativamente a frequência da cortadora de 0,9% em 1725 para 59,5% em 1880 (TARALLO, 1983, p. 207).

Se a construção copiadora maximiza a propriedade da transparência e se, portanto, é capaz de facilitar o processamento cognitivo tanto do polo da produção quanto do polo da recepção no processo de interação, por que tem sido evitada em favor da construção cortadora? E no caso de haver preposições lexicais, por que se tem generalizado o uso de construções com encailhamento de preposições?

A resposta a essas questões se assenta no fato de que, além das considerações sociolinguísticas levantadas por Tarallo (1983), a informação de curtíssimo prazo, reiterada na posição de oblíquo, passa a implicar duplicação de forma. E com efeito, *roupa* e *dela* ativam a violação do princípio de transparência, por conta da coexistência de duas formas com a mesma função em espaços muito próximos dentro do enunciado.

A questão da continuidade tópica e da quase-opacidade entre unidades formais e unidades de conteúdo fica para segundo plano, quando a escolha incide sobre uma construção cortadora. O português admite ausência de manifestação fonológica de argumentos nas situações em que sejam suficientes as informações contextuais. Nesse caso, uma motivação em competição, o Princípio de Economia, sobrepuja outra, o Princípio de Iconicidade.

Em contraste com a iconicidade, que torna a estrutura linguística tão transparente quanto possível, a economia representa uma pressão para o mí-

nimo esforço e para a simplificação máxima da expressão (HAIMAN, 1983; 1985). Pode haver economia sintagmática e economia paradigmática.

A economia paradigmática se traduz pela tendência de reduzir ao máximo o inventário de signos de um sistema linguístico, cuja consequência mais direta é o fenômeno da polissemia. A economia sintagmática, por outro lado, é a tendência de reduzir o comprimento ou a complexidade de qualquer enunciado, de modo que as expressões mais frequentes no uso tendem a reduzir-se fonologicamente e a informação que é redundante e/ou recuperável no contexto comunicativo tende a ser omitida. (HAIMAN, 1985, p. 158).

Se a economia paradigmática reduz a duplicidade de formas para a mesma função, o mesmo é possível dizer da economia sintagmática. Isso significa que os dois tipos atuam também como mecanismo de transparência entre forma e conteúdo, na medida em que o antecedente e o pronome-lembrado reiteram a mesma referência no discurso, o que implica duplicidade formal. O Princípio de Economia e o de Iconicidade atuam conjuntamente para maximizar a relação de transparência entre forma e conteúdo e acabam se tornando, portanto, motivações em competição nesse processo.

Por outro lado, caso a reiteração de informação de curto prazo transforme a estigmatização das copiadoras num problema incontornável, o último recurso que resta ao falante sociolinguisticamente sensível é apelar para duas outras alternativas, a de encalhamento de preposição de (2c) ou a cortadora de (6c). Essas estratégias não dispõem de duplicidade de tópico como a padrão, nem manifestação fonológica do segundo argumento do predicado, como a construção copiadora.

(11) A roupa que eu gostava.

que-complementador	eu	gostava	O
marcador de relativização	P ^I Tópico	P ^M	P ^{M+1}

A relativa padrão é a estratégia que exhibe o menor grau de transparência e a relativa copiadora é a estratégia que exhibe o maior grau. Essa distribuição tem a ver com o fato de que, na primeira, o OBL ocupa a posição pré-verbal, distante de sua posição canônica de complemento e de que, na segunda, há a inserção do SN argumental ou não argumental *in situ* na posição depois do verbo, como se vê em (6b), aqui repetida por conveniência como (12b).

A construção copiadora e a cortadora respeitam igualmente o Princípio de Integridade de Domínio, enquanto a estratégia padrão sempre o viola ao dar preferência para uma posição que rompe a adjacência do SN argumental com o predicado verbal, como se vê em (6a), aqui repetida por conveniência de exposição, juntamente com (6c), como (12a) e (12c).

- (12) a [ela escolhia [**a roupa [d(e/a) qu(e/al)** eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- b [ela escolhia [**a roupa [que eu gostava dela]** na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c [ela escolhia [**a roupa [que eu gostava Ø]** na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes).

De fato, a cortadora de (12c) é tão transparente quanto a copiadora: a ausência da retomada do antecedente na codificação morfossintática viola, por um lado, o princípio de Integridade de Domínio; respeita, por outro, o Princípio de Economia.

Paralelamente às construções em que a posição preposicionada é um argumento do predicado da oração dependente, há os casos em que um adjunto em posição preposicionada é introduzido por uma preposição lexical, como se observa em (2a-c), aqui repetidas, por conveniência, como (13a-c).

- (13) a A reunião [sobre a qual conversamos] fica adiada até o próximo mês.
- b A reunião [que conversamos sobre] fica adiada até o próximo mês.
- c A reunião [que conversamos sobre ela] fica adiada até o próximo mês.

Nessa situação, se não quiser violar a relação de transparência, restaria ao falante a possibilidade de apelar para duas alternativas: o uso de uma relativa de encaimento de preposição (13b) ou a copiadora (13c). Aqui também se aplicaria o princípio de economia sintagmática em favor da primeira, o que carregaria os ombros do falante com o fardo de não respeitar o Princípio de Integridade de Domínio, mas o aliviaria, em compensação do fardo da estigmatização social representado pela copiadora.

Conclusão

Orientou este trabalho a hipótese de que a seleção entre as diferentes estratégias de relativização disponíveis no português seria motivada por um grau maior ou menor de transparência entre forma e função, e que o grau maior de transparência facilitaria o processamento cognitivo. De acordo com as evidências discutidas, pode-se afirmar que essa hipótese de fato se cumpriu. Por um lado, a seleção de uma construção relativa obedece a princípios conflitantes, como motivações em competição (DU BOIS, 1985), mas por outro, a preferência por uma estratégia na relativização de posições preposicionadas indica graus diferentes de transparência conforme mostrado na Figura 5.

ESTRATÉGIA COPIADORA > ESTRATÉGIA PADRÃO > (ESTRATÉGIA DE ENCALHAMENTO DE PREPOSIÇÃO) > ESTRATÉGIA CORTADORA

Figura 5. Graus de transparência/opacidade na seleção das estratégias de relativização

A Figura 5 permite deduzir algumas correlações extremamente significativas:

- (i) Quanto mais clara a relação entre a referenciação e a codificação morfossintática, tanto maior o grau de iconicidade e, portanto, de transparência.
- (ii) O grau maior de transparência é atributo da estratégia copiadora, como um reflexo da ordem S-V-O/OB/OI, que ocorre canonicamente em construções declarativas simples.
- (iii) Na posição média aparece a relativa padrão, justamente por codificar morfossintaticamente os dois Subatos de Referência que a constituem, mas a ruptura da adjacência entre o predicado verbal e seu argumento interno acaba por violar o Princípio de Integridade de Domínio.
- (iv) As construções menos transparentes são a relativa de encalhamento de preposição e justamente a estratégia não-padrão mais frequente no uso, que é a estratégia cortadora.
- (v) Nesses dois casos, o Princípio de Economia acaba sendo mais relevante que o de Iconicidade, talvez porque a codificação morfossintática

da cortadora elimina um constituinte pragmática e semanticamente redundante.

- (vi) Os poucos casos de estratégia copiadora que ainda resistem no uso indicam a necessidade cognitiva de tornar a sintaxe visível a certas posições sintáticas, o que permite ao falante resolver problemas de referência ambígua.

CAMACHO, Roberto Gomes. Relativization strategies: transparency and opacity. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 67-84, 2012.

ABSTRACT: *This paper aims at examining the hypothesis that the choice among the different strategies of relativization available in the Portuguese grammar is motivated by a lesser or greater degree of transparency between form and meaning, which implies, correlatively, lesser or greater degree of ease in cognitive processing. In addition, the lesser or greater degree of transparency allows to postulate a hierarchical ordering for the strategies in correspondence to a greater or a lesser degree of ease in cognitive processing.*

KEYWORDS: *Relative construction. Transparency. Oopacity. Iconicity. Economy.*

Referências

COMRIE, B. **Language universals and linguistic typology**. Oxford: Blackwell, 1989.

DIK, S.C; **The theory of Functional Grammar**. Edited by Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter. (Part II: Complex and Derived Constructions), 1997.

DU BOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**.;Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985. p. 43-65.

GIVÓN, T. The binding hierarchy and the typology of complements, **Studies in Language**, v. 4, n. 3, p. 333-377, 1980.

_____. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

HAIMAN, J. Iconic and economic motivation. **Language**, Baltimore, v. 59, p. 781-819, 1983.

_____. The iconicity of grammar. **Language**, Baltimore, v. 56, p. 515-540, 1985.

HENGEVELD, K. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. In: _____ (Ed.). **Linguistics in Amsterdam**. (special issue: Transparency in Functional Discourse Grammar), v. 4, n. 2, 1-22, 2011.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KEENAN, E. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.). **Language typology and syntactic description**. V. 2: Complex Constructions. Cambridge: University Press, 1985. p. 141-70.

KEENAN, E.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry**, v. 8, p. 63-99, 1977.

KENEDY, E. *A antinaturalidade pied-piping em orações relativas*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. **Tempo Brasileiro**, v. 53/54, p. 60-94, 1978.

LEUFKENS, S. The transparency of creoles, *Journal of Pidgin and Creole Languages*. No prelo. Versão eletrônica em pdf disponível em: <[http://home.medewerker.uva.nl/s.c.leufkens/bestanden/the transparency of creoles.pdf](http://home.medewerker.uva.nl/s.c.leufkens/bestanden/the%20transparency%20of%20creoles.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PERRONI, M. C. As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. *DELTA*, v. 17, n. 1, p. 59-79, 2001.

PEZATTI, E. G. et al. O estatuto lexical/gramatical das preposições no português, **Lusorama**, v. 81-82, p. 102-134, 2010.

ROSS, J. **Constraints on variables in syntax**. Cambridge: MIT Press, 1967.

TARALLO, F. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. Tese (Doutorado em Linguística) - University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.